

22 | Montenegro

Fogos de artifício: audiência expõe divergências

Sob clima tenso, comunidade e legislativo debateram a criação de uma lei que proíbe a venda desses artefatos

■ Iana Reis
redacao2@jornalibia.com.br

A Câmara de Vereadores de Montenegro discutiu, junto à comunidade, a criação de uma lei que proíbe a venda de fogos de artifício com barulho. O objetivo da Audiência Pública, que teve início às 19h10min, na última quarta-feira, foi possibilitar a construção de um diálogo onde toda a população do município pudesse opinar e dar sugestões sobre a proposta.

O debate foi sugerido pelos vereadores Cristiano Braatz (PMDB) e Talis Ferreira (PR) no início deste ano. Além da participação de cidadãos da comunidade em geral, a ocasião contou com a presença do presidente da casa, Érico Fernando Velten (PDT), o presidente da Ordem dos Advogados (OAB/RS) Sepé Tiarajú Rigon de Campos, entre lideranças comunitárias, representantes de ONG's de proteção aos animais e de comerciantes de fogos de artifício.

Durante a audiência, diversos pontos foram destacados entre defensores e contrários a criação da

lei. Para o presidente da OAB, essa é uma discussão urgente que a sociedade civil precisa fazer. "São muitos os riscos que envolvem o uso dos fogos de artifícios, desde a venda para menores de idade, até questões relacionadas à saúde de crianças, idosos e animais", disse Tiarajú, que se posicionou a favor da proposta.

Os impactos na natureza causados pelo uso dos fogos de artifício também foram mencionados. De acordo com alguns relatos, além dos cães e gatos, outros animais mais frágeis como os pássaros chegam a morrer em decorrência do barulho, que causa paradas cardiorrespiratórias nas aves.

Ao ser estourado, um foguete espalha no ar uma grande quantidade de partículas de dióxido de carbono (CO2), e estrôncio (uma perigosa substância tóxica), podem provocar incêndios e geram forte poluição sonora.

No outro lado do debate, inúmeras perguntas surgiram por parte de comerciantes, que acreditam no enfraquecimento do comércio caso a lei seja

criada. Embora os efeitos prejudiciais dos fogos de artifícios não tenham sido contestados, os contrários a proposta questionaram a atuação do poder público, alegando que a fiscaliza-

ção, já imprecisa no município, não funcionaria para todos e irregularidades continuariam acontecendo.

Para o presidente da União Montenegrina de Associações Comunitárias

(UMAC), Airton Quadros, a Administração Municipal não tem condições de realizar um controle eficiente. "Esse assunto já consta na Legislação Federal, assim como tantas outras leis que

não são respeitadas devido à falta de uma efetiva vistoria, essa será mais uma", comentou Quadros, que se preocupa com uma possível queda na arrecadação do município.



DURANTE a Audiência Pública, a comunidade expôs sua opinião e questionou sobre o tema, mas também ficaram muitas cadeiras vazias

PRÓXIMOS PASSOS

Conforme destacaram os vereadores Cristiano Braatz (PMDB) e Talis Ferreira (PR), a realização da Audiência Pública para discutir a criação da lei que proíbe a venda de fogos de artifício com barulho foi apenas o primeiro passo de tantos outros que vêm pela frente. A etapa seguinte requer uma análise para que seja definido se o projeto deve partir da Câmara ou da Prefeitura. A integrante da Associação Montenegrina dos Guardiões

dos Animais (Amoga), Iana Steigleder, comenta que o debate foi produtivo e que há esperança na construção da lei. "Eu sempre procuro acreditar que a minha filha e os meus animais terão um futuro melhor, onde as pessoas tenham um mínimo de empatia e solidariedade ao próximo, assim, eu percebo que essa discussão tem que evoluir com o apoio de toda a sociedade", disse emocionada.

Feira de Saúde promove atividades na Praça Rui Barbosa